

A MULHER PERNAMBUCANA E SUA POSIÇÃO NO MUNDO, SUA LUTA FRENTE À OPRESSÃO DE SEUS ANSEIOS NA DÉCADA DE 1930

Rosane C. de M. Viana *

O presente artigo tem por objetivo analisar através de revisão bibliográfica assim como expõe de forma conceitual o que foi pesquisado em revistas e jornais da referida década. Desta forma verificamos como a mídia escrita serviu para externar os sentimentos destas mulheres numa sociedade envolta em ideias pré-concebidas do que de fato era o seu papel no mundo e em nosso estado. Veremos como era a situação da mulher pernambucana no tocante à escolaridade e seu acesso a ela. E, por fim descreveremos o que significou esta década no universo feminino do estado de Pernambuco, pois neste período a mulher estava em luta tanto pelo direito ao voto quanto por um maior espaço no mercado de trabalho.

Quando tentamos descrever o universo feminino em qualquer tempo e espaço vemos que esta não é uma tarefa fácil visto que a luta da mulher por reconhecimento de seu valor é longa e é na mídia escrita que ela encontra ao longo dos anos, um aliado para que haja um sucesso incondicional no que se refere à luta por seus direitos.

Desde a época da invenção da imprensa por Gutenberg até os dias de hoje existem revistas e livros que atendem ao público feminino de um modo geral. Desta forma observamos que há muito tempo a mídia escrita esta entrelaçada na luta da mulher por um espaço maior na sociedade.

Esta luta remonta uma data mais longínqua na historia dos direitos das mulheres, todavia, em 1852 foi fundado um jornal direcionado para as mulheres. Desta data em diante vemos que a discussão sobre o voto feminino veio ao Congresso Nacional pela primeira vez em 1891. Até então nada se falava sobre a possibilidade da mulher poder votar e este tema esteve presente, de forma acanhada, na narrativa do Jornal das Senhoras que circulou na capital do Império e quando a República chegou o mesmo já não existia.

Essa ideia foi combatida, embora a proposta oferecida pelos deputados nesse momento era que só fosse possível votar a mulher que tivesse curso superior e que as mesmas não estivessem sob a responsabilidade de seus pais. A maioria dos congressistas alegou que as mulheres eram inferiores e que tal emenda viria a acabar em dissolução da unidade familiar.

Apesar de todo esse embate as mulheres não deixaram de produzir em prol de seus direitos através da mídia escrita. Afinal desde 1852, quando surgiu no Rio de Janeiro um jornal voltado exclusivamente para as mulheres, o espaço feminino ficou mais amplo. Esse jornal foi intitulado “O Jornal das Senhoras” e circulou de 1852 a 1855 e o mesmo se encontra digitalizado pela Biblioteca Nacional dando assim acesso a todos que se interessam pelo tema.

O Jornal das Senhoras é um jornal voltado para o público feminino escrito por mulheres que através de suas seções exploram o universo da moda, teatro, romances, que eram publicados em forma de folhetins. Outro lema por elas explorado era o da critica que levava a mulher a pensar sobre os seus direitos inclusive o de outras mulheres que necessitavam de escolarização, afinal só as mulheres da elite eram escolarizadas. Em seu primeiro exemplar ele diz qual é o seu objetivo:

* Aluna da pós-graduação de História do Nordeste – UNICAP

O jornal das senhoras redigido por uma senhora mesmo: por uma americana que, senão possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para emancipação moral da mulher (Jornal das Senhoras, p. 1, 01/01/1852).

O objetivo do jornal fica claro desde o primeiro momento, em sua primeira edição, as mulheres não querem bater de frente com os homens, todavia desejam serem ouvidas por outras mulheres e que as mesmas não se sintam pressas às convenções que determinavam que elas fossem inferiores, logo não podiam se expressar.

Esse periódico semanal teve um curto período de existência, pois os mesmos eram financiados através de assinaturas e pelos maridos de suas editoras, logo como não era um negocio rentável o seu fim foi inevitável.

Uma critica velada aos homens soa como uma advertência à própria mulher, pois a mesma é quem educa os homens:

Convencidas estão elas que têm essas almas que Deus lhe doou, e que o homem lhe nega; convencidas estão que o emprego útil de suas faculdades morais completa a obra do criador. Sim a mulher conhece a injustiça com que é tratada e reconhece perfeitamente a tirania do homem; não é a elas a quem temos de convencer de sua emancipação moral. Elas em quanto à educação do homem se não reformar, em quanto ele considerar como sua propriedade, nada teremos feito (Jornal das Senhoras, p.12, 01/01/1852).

Ao longo dos três anos em que o jornal circulou todo tipo de informação foi passada para as mulheres, bem como criticas. Era preciso que as mulheres estivessem informadas sobre seu próprio valor na sociedade e que elas eram capazes de usar a sua inteligência em prol delas mesma. Não era uma tarefa fácil visto que era de uso corrente classificar a mulher como sendo um ser inferior desprovido de inteligência, bem como as mesmas não deveriam fazer parte de “assunto de homem”. O lugar da mulher estava traçado dentro de sua própria casa.

A mídia escrita também esteve presente em Pernambuco. Aqui existiu varias publicações que remontam a um tempo do inicio do século XIX. Alguns questionamentos são levantados quando estudamos os jornais, periódicos e folhetins escritos por mulheres, como sintetiza bem a professora Elizabeth Siqueira e outras colaboradoras quando dizem:

A leitura atenta desses jornais poderá mostrar como a mulher de então preparou o caminho, a nós, mulheres de hoje, construindo enquanto sujeito do discurso. Outras questões se impuseram. Reproduziam nossas irmãs os esquemas dominantes ou os subvertiam? De que estratégias se valeriam para poder furar as manifestações do sistema e se fazerem ouvir? Como souberam recusar os espaços que lhes eram oferecidos nos jornais editados por homens e que lhes reservavam seções destinadas a conselhos sobre educação das crianças, receitas de cozinha, riscos de bordado, orientação sobre moda? Como criaram seu espaço de discussão e de sonoridade? (SIQUEIRA, p. 25, 1995).

Esses questionamentos ainda hoje seguem em aberto. Não podemos esquecer que para conquistar seus direitos as mulheres tiveram que abrir seus caminhos de forma que os mesmos fossem uma conquista permanente. Lutar contra os estereótipos existentes sobre o papel da mulher na sociedade foi uma tarefa árdua. No século dezenove a sociedade era extremamente patriarcal e esse mesmo sistema teria que se moldarem as novas exigências do século vinte. No que concerne ao papel da mulher as coisas foram mudando paulatinamente.

As mudanças foram ocorrendo e a mídia escrita contribuiu muito para que isso fosse possível. Não havia uma trilha a ser devidamente seguida pelas mulheres que estavam a frente desses jornais e periódicos. Existiam aquelas que estavam mais engajadas em refletir sobre o que elas representavam na sociedade como um ser pensante que tinha direitos e deveres, bem como

existiam aquelas que estavam mais interessadas em divulgar coisas mais triviais do dia a dia feminino. Não havia um padrão a ser seguido, todavia a importância da produção desse material é algo que não podemos negar.

Existiu um periódico intitulado de “A Mulher” que reivindicava o direito da mulher de ser escolarizada e da mesma poder fazer um curso superior no Brasil, além de outros temas como relata a professora Elizabeth Siqueira:

A instrução superior da mulher, a instituição primária e a superior no Brasil, medicina, o futuro do trabalho e do estudo e ensino particular. Impossibilitadas de cursarem medicina em sua própria pátria – não permitindo o ingresso de mulheres em faculdades brasileiras – suas redatoras, Josepha Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e Maria Augusta Generoso Estrella se deslocaram para estudar em Nova Iorque, onde em 1881, publicaram o primeiro número do jornal, que se fez seguir de mais seis números (SIQUEIRA, p. 40 1995).

O jornal “A mulher” se mostrou como “jornal de forte cunho político-social, apontando caminhos seguros para emancipação feminina. Através do estudo, da instrução e do trabalho, a mulher poderia ganhar uma maior autonomia em relação à família e à sociedade.” (SIQUEIRA, p. 41 1995) Desta forma verificamos que em muitos casos o verdadeiro objetivo de muitos jornais e periódicos eram efetivamente contribuir para emancipação da mulher que estava longe de acontecer sem luta.

No início do século XX circulou no Recife o jornal feminino “O Lyrio” (1902 a 1904) neste jornal é frequente e recorrente a questão da escolarização da mulher mesmo ele sendo um jornal mais burguês que não dá muito crédito as reivindicações femininas.

Com o novo século novas exigências se faziam no Brasil que estava muito atrasado em relação ao restante do mundo onde a industrialização se fazia presente. As cidades estavam cada vez mais cheias e esse “inchaço” populacional exerce o papel de divisor de águas no que se refere à mulher.

A mulher não poderia ficar apenas como dona de casa, a mulher de baixa renda tinha que sair e trabalhar fora para uma complementação da renda familiar, todavia esta mesma mulher não era escolarizada logo ela não tinha como conseguir um emprego que lhe proporcionasse uma renda melhor. Desta forma muitos periódicos tentam mostrar a população feminina bem como a masculina que é necessário que haja escolarização para as mulheres.

Os jornais femininos abordavam muitos temas, todavia o mais recorrente é a busca por aceitação por toda sociedade como descreve Elizabeth Siqueira:

Na maior parte dos jornais, percebe-se que, embora estes se destinassem a um público feminino específico, havia sempre uma busca da convivência masculina aos propósitos empreendidos ou à aceitação da sociedade de maneira geral. Jornais como A Mulher referem-se ‘ao público’ como um todo. Outros buscam o acolhimento das ‘pernambucanas distintas’, como é o caso de O Lyrio; outros ainda tinham seus destinatários próprios: ‘escravos’ e ‘brasileiros’, leitores a quem o Ave Liberta pretendeu atingir e conchamar à luta (SIQUEIRA, p.49 1995).

Ser aceito num mundo completamente masculino é uma tarefa complicada, afinal a própria mulher desconhece seu valor, logo não é fácil despontar num campo fechado era preciso se provar para poder ser aceito essa guerra dos sexos estava apenas começando, muita água iria passar sob a ponte da vida, todavia esse esforço se fez necessário, pois colhemos hoje as iniciativas acanhadas dessas mulheres que nos fortalecem quando olhamos para trás.

Os jornais e periódicos do final do século XIX e início do século XX nos fornece um material riquíssimo acerca dessa luta feminina que continua até hoje. Vemos que durante a década de 1930 todos os movimentos feministas estavam alicerçados nas lutas anteriores que foram

também descritas nos referidos periódicos e jornais não era nenhuma novidade a luta pelo direito pelo voto bem como a luta pela escolarização das mulheres e sua colocação no mercado de trabalho.

Através da análise de alguns editoriais e certos trechos dos jornais femininos pernambucanos do final do século passado e início do século XX, verifica-se que a mulher brasileira passava por um processo de repensar todos os valores estabelecidos para ela à procura de valores estabelecidos para ela à procura de valores próprios, criados através de suas buscas como pessoa, como agente histórico e como ser participante das conquistas político/sociais de seu tempo (SIQUEIRA, p.52 1995).

Nos meados dos anos trinta a mulher pernambucana ganha uma maior conscientização de ela não é apenas um artigo de luxo ou um objeto decorativo na sociedade, ela pensa e usa sua inteligência em prol de projetos próprios onde à ordem do dia é poder expandir seus horizontes. Foi um começo acanhado, abafado pela supremacia masculina que passa a repensar seus pontos de vista em relação à mulher e isso foi apenas o começo.

A luta pela escolarização da mulher ganha força em meados dos anos trinta. Novas escolas vão surgindo e as mesmas passam a ter um espaço para a frequência de meninas. Surgem escolas comunitárias. O que antes era restrito somente no centro do Recife começa a se espalhar pela periferia. No princípio era apenas pequenos grupos escolar que instruíam somente até o quinto ano do ensino fundamental (antiga quarta série primária). Isso já era um começo, ser alfabetizado num país de analfabetos era um passo decisivo para mudanças.

As cidades do interior ainda não contavam com este avanço, todavia existia a necessidade, pelo menos nas grandes cidades, que o ensino fosse levado a todos. Segundo a historiadora Susan Besse a escolarização feminina não tinha como meta promover a emancipação intelectual, social e econômica da mulher, ela visava desenvolver a mulher em suas habilidades básicas onde ela deveria ser mais abrilhantada e não para um fator de mudanças (BESSE, 1999).

Na década de 1930 a profissão mais aceita no universo feminino era a de ser professora, todavia sabemos que nem todas as mulheres conseguiam essa façanha, afinal poucas conseguiam terminar seus estudos. Acontece que durante esta década vemos que a luta em prol dos direitos da mulher já é algo palpável e discutido arduamente por todo país. A mulher está cada vez mais consciente de seu papel.

Em uma de suas crônicas Lima Barreto descreve a necessidade da legalização do aborto, ele choca um público que está ciente da necessidade de reformulações nas leis:

Este caso da parteira merece sérias reflexões que tendem a interrogar sobre a serventia da lei. Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa. O caso se complica com uma gravidez e para que a lei, baseada em uma moral que já se fíndou, não lhe tire a filha, procurou uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer. Vê-se bem que na intromissão da "curiosa" não houve nenhuma espécie de interesse subalterno, não foi questão de dinheiro. O que houve foi simplesmente camaradagem, amizade, vontade e servir a uma amiga, de livrá-la de uma terrível situação. Aos olhos de todos, é um ato digno, porque, mais do que o amor, a amizade se impõe. Acontece que a sua intervenção foi desastrosa e lá vem à lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminosa! Você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida! Berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação. A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia amedrontada com a prisão, onde

nunca esperava parar, mata-se. Reflitamos, agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque, outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei? (Lima Barreto. A Lei. Transcrito da coluna VIDA URBANA de Vicente Serejo, 27-04-1911).

Ainda hoje precisamos de reformulações em nossas leis. O tempo passou e os problemas continuam os mesmos. Não aprendemos com o tempo. A visão que Lima Barreto teve com relação aos direitos da mulher foi uma gota num oceano de preconceitos e hipocrisias no que concernem as mulheres. Precisamos refletir para aprender com o passado. A luta por direitos sempre estará em pauta, à mulher vem paulatinamente fazendo suas conquistas.

Por certo ainda há muito a ser conquistado. A escolarização feminina foi uma grande conquista que não ficou somente restrita as mulheres da década de 1930. Vemos que hoje muitas mulheres estão no mercado de trabalho através de sua escolarização, elas estão ocupando cargos que antes eram exclusivamente masculinos. Essa é parte de uma grande conquista que não se fez sozinha. As mulheres do passado se fazem presente em todas as conquistas.

REFERENCIAS:

- AQUINO, Rubim S. Leão de. VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. AGOSTINO, Carlos e ROEDEL, Hiran. Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record. 6ª Ed. 2009.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O Voto de Saias: A Constituinte de 1934 e a Participação das Mulheres na Política. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.
- AZEVEDO, Ferdinand. Cristãs Feministas em Pernambuco 1930 – 1950: A Atuação de Edwiges de Sá Pereira, Dulce Chacon e Nair de Andrade. Revista de Teologia e Ciência da Religião da UNICAP. Recife, v. 8 n.2, p. 167-190, jul/dez, 2009.
- _____. Dona Felipinha e as Noelistas no Brasil 1914 – 1951). Religião & Cultura. São Paulo, v. 8, n 15, p. 111-129, jan/jun. 2009.
- BESSE, Susan K. Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914 – 1940. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1999.
- BIEGAIN, Ana Maria. (Org.) Mulheres: Autonomia e Controle religioso na América Latina. Petrópolis, Vozes. 1996.
- BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. (org.) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.
- BRANCO, Lucia Castelo; BRANDÃO, Ruth Silviano. A Mulher Escrita. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª Ed. 2004.
- DEL PRIORE, Mary. História do Amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.
- DERMARTINI, Zélia de Brito F. e ANTUNSA, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de Pesquisa (86), 1993.
- FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. (orgs.) Dicionário de Educadores do Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.
- FERNANDES, Florestan. FFCL – USP: lições pedagógicas de uma crise. In: Fernandes, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo, Dominius Editora/Edusp, 1966.

- FLORESTA, Nísia. Opúsculo Humanitário. (Ed. Atual com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. Natal: Fundação José Augusto, RN. 1989.
- FREITAS, Luciene. Uma Guerreira no Tempo: Resgate de uma Época, Martha de Hollanda e o “Delírio do Nada”. Recife: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. O primeiro Governo Vargas: Projeto Político e Educacional. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia e GONDRA, José G. (orgs.) Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista, Edusf, 2003.
- HANNER, June Edith. Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/Edunisc, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Editora Schwarcz. 2ª Ed. 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- INOJOSA, Cristina. Martha de Hollanda: Feminismo e Feminidade. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste. 1984.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PAIXÃO, Silvia. A Fala-a-menos: A Repressão do Desejo na Poesia Feminina. Rio de Janeiro. 1991.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil. Estudos Feministas, vol. 9, nº 2, 2001.
- SIQUEIRA, Elizabeth Santos. ET. AL. Um Discurso Feminino Possível: Pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830 – 1910). Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1995.
- _____. AREIAS, Laura (Orgs). Vozes: A Crônica Feminina Contemporânea em Pernambuco. Recife: CEPE, 2007.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.) Dicionário: Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. Biográfico e Ilustrado. Rio de Janeiro: Zaher. 2ª Ed. 2000.
- TARUNI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, nº 14, mai/ago 2000.
- TELLES, Norma, DEL PRIORE, Mary (Org.) Histórias das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.
- WERLE, Flávia Obino de Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. Cadernos de Pesquisa, vol. 35, nº126, set/dez 2005.
- http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/per700096_anuario.htm jornal feminino digitalizado pela biblioteca nacional acesso em 06/11/12 as 22:14